FUNDAMENTOS DA ALFABETIZAÇÃO: O PAPEL DA LINGUAGEM NA PROMOÇÃO DA LEITURA E ESCRITA

Fonte: <http://www.webartigos.com/articles/26946/1/FUNDAMENTOS-DA-ALFABETIZACAO/pagina1.html#ixzz0tnmM8G48>

A postura necessária aos avanços marcados hoje nos novos estudos sobre a questão da linguagem expõe o problema da leitura e da escrita como atividade humana complexa e social, como mediação, como memória e prática social capaz de superar a linearidade do ato pedagógico formal e mecânico, trabalhado nas salas de aula, onde os alunos ainda se sentam enfileirados - uns atrás dos outros - sem possibilidade de movimentação e participação coletiva. Essa estrutura antiga da escola impede a realização de construções organizativas mais democráticas no espaço da sala de aula, onde a problematização de situações vivenciais deveriam ser didaticamente preparadas para o desenvolvimento psíquico, cultural e social, comprometendo o processo pedagógico com um novo entendimento da linguagem que se constitui e é constitutiva dos processos de desenvolvimento dos sujeitos sociais, fazendo-se na história enquanto autores e construtores das experiências coletivas promotoras da autonomia e identidade.

PALAVRAS-CHAVE: Linguagem oral; linguagem escrita; escola.

ABSTRACT

The attitude required to progress today marked the new research on the issue of language exposes the problem of reading and writing as a complex human activity and social, such as mediation, such as memory and social practice to overcome the linearity of the pedagogical act formal and mechanical, worked in classrooms where students still sit lined up - one after the other - with no possibility of movement and collective participation. This ancient structure of the school prevents the realization of more democratic organizational structures within the classroom, where questioning the real life experiences should be didactically prepared for the psychological development, cultural and social, affecting the educational process with a new understanding of language constitutes and is constitutive of development processes of social subjects, making up the story as authors and builders of collective experiences that promote autonomy and identity.

KEY WORDS: oral language, written language, school.

Numa escola preocupada com a formação da cidadania onde os alunos são considerados como sujeitos que participam indistintamente do todo social, as atividades que envolvem a leitura e a escrita se constituirão como consequência do trabalho de ampliação dos conhecimentos sobre o mundo. Isto é, a leitura e a escrita tornam-se necessárias e imprescindíveis em função do desejo de ter acesso a outros códigos e de preparar-se para saber usar diferentes modalidades de linguagem para participar do mundo.

Na verdade observamos que a escola tem feito até então muito pouco em benefício da formação de alunos como verdadeiros leitores e escritores, apesar dos avanços conceituais e do reconhecimento dos seus equívocos epistemológicos, considerando-se também a falta de espaços e estruturas pedagógicas apropriadas, como bibliotecas bem equipadas com acervos atualizados, pleno funcionamento das salas de leitura e espaços outros fortalecedores da leitura e da escrita como fundamentos para a prática alfabetizadora voltada para o exercício da cidadania.

É no âmbito dessas explicações teóricas sobre o fracasso escolar que cabe refletir sobre o papel da linguagem (oral e escrita) na escola, enquanto instrumento de produção e socialização da cultura que identifica de forma singular a condição humana contribuindo para promover o desenvolvimento cultural e as estruturas do pensamento, como nos afirma VYGOTSKY apud SMOLKA (1994:27):

Enquanto produção histórica de natureza social, a palavra oral e escrita - constitui um 'instrumento de desenvolvimento cultural e de pensamento. Na medida em que se integra à dinâmica da atividade do indivíduo, a palavra, como signo, como 'instrumento psicológico, modifica o desenrolar e a estrutura das funções psíquicas, gerando, por suas propriedades, a estrutura de novo 'ato instrumental', redimensionando as possibilidades da ação humana.

Para além dessa explicação podemos destacar de forma significativa que, na escola, as atividades relativas ao desenvolvimento da leitura e escrita estão praticamente circunscritas ao espaço limitado da sala de aula e mesmo assim, numa visão bastante reduzida que se concretiza no âmbito da transmissão de informações desconectadas do contexto social, premiando o desenvolvimento de competências e habilidades que são distinguidas numa programação curricular distanciada da realidade cotidiana previamente prescrita pelo sistema.

Em importante artigo de ORLANDI (1988) intitulado *Nem escritor nem sujeito: apenas autor* - a autora desenvolve uma reflexão crítica sobre a importância da leitura e da escrita na constituição dos sujeitos como autores, elaborando uma análise que relaciona a linguagem com o contexto histórico-social de acordo com suas condições simbólicas (linguísticas) e imaginárias (ideológicas) de produção, onde ela ressalta

(...) O que tem faltado desse ponto de vista, quando se pensam as condições de produção da escrita, na escola, é compreender o processo em que se dá a assunção, por parte do sujeito, de seu papel de autor. Essa assunção implica segundo o que estamos procurando mostrar, uma inserção (construção) do sujeito na cultura, uma posição dele no contexto histórico social. Aprender a se colocar - aqui: representar - como autor é assumir diante da instituição escola e fora dela (nas outras instâncias institucionais) esse papel social, na sua relação com a linguagem constituir-se e mostrar-se autor. Aí está uma tarefa importante da atividade pedagógica, na escola, em relação ao universo da escrita: responder a essa questão - o que é ser autor - é autor no que define a passagem da função de sujeito enunciador para a de sujeito-autor (p.79).

A lucidez das reflexões encaminhadas por ORLANDI deixa claro que é preciso formar o sujeito-autor no espaço da instituição escolar, como um dos espaços possíveis para o exercício da autoria. A autora enfatiza que não cabe à escola especificamente, formar escritores, mas sim formar autores, porque a escola é lugar de reflexão que envolve, sobretudo a dimensão das experiências provenientes da prática social e deve ser percebida como instância que deve promover a autoria dos sujeitos nas interações possíveis com os diversos tipos de linguagem, especialmente a linguagem escrita.

No mundo globalizado em que vivemos, rodeados de imagens, símbolos e códigos, o exercício da cidadania, requer no mínimo, que cada cidadão brasileiro obtenha através do processo de escolarização o pleno domínio da leitura e da escrita em níveis cada vez mais complexos e abrangentes, revelando-se uma nova dimensão do alfabetismo, que hoje, no contexto contemporâneo das mudanças culturais emergentes, deve considerar segundo CORSINO (MEC. 1999), pelo menos três importantes aspectos no percurso desse novo letramento: *o prático, o científico e o literário*, onde cada grupo social deverá dar a devida valorização a cada um desses três aspectos.

O nível científico - cuja função é informar e ampliar os conhecimentos do sujeito - pode ser observado a partir de um artigo de jornal de um dicionário de uma enciclopédia.

O nível literário - que traz a ficção e o uso criativo da língua escrita - pode ser observado a partir de um conto, de uma fábula, de poemas, enfim de textos variados em verso e prosa.

O nível prático – que abrange uma série de textos e estruturas simples, integrantes do cotidiano das pessoas e, situa-se no contexto cotidiano, bilhetes, cartas, avisos placas, bulas etc.

Dessa forma, na concepção da linguagem como prática social, o emissor e o receptor não podem interagir com a linguagem como se ela fosse um sistema vazio e abstrato. A fala não é só a pura expressão do pensamento individual, mas uma produção social marcada pela ideologia e, ideológico, neste sentido, não é o conceito de mascaramento ou falseamento da realidade, mas um aspecto inexoravelmente ligado à palavra que dá sentido ao mundo. A mesma palavra pode ter sentidos distintos dependendo do contexto em que ocorre a interlocução, confirmando-se a dimensão ideológica da linguagem.

A aquisição da linguagem deve então ser compreendida como um processo de internalização do discurso exterior em discurso interior, como produto da atividade social que sofre os condicionamentos próprios dos múltiplos determinantes culturais e sócio-históricos que permeiam as relações sociais em diferentes momentos da vida dos grupos em sociedade.

Nesta perspectiva, podemos dizer que a construção da linguagem por parte da criança e do jovem deve ser entendida como uma construção ativa e progressiva de hipóteses, situada no contexto social e cultural onde acontece. Na verdade, podemos afirmar que há um consenso quanto à relação do indivíduo com a escrita que é dependente do contexto social onde se vive e das práticas de letramento nele inseridas.

A criança depende da cooperação do adulto para o desenvolvimento de sua aprendizagem, e os signos assumem um papel mediador entre os estímulos e as respostas construídas pelos sujeitos em sua relação com o mundo. Há nesta concepção uma ênfase no caráter sócio-cultural dos processos da consciência e do próprio conhecimento, onde a linguagem desempenha um papel determinante na medida em que as idéias e os conceitos se dão na interação entre os sujeitos num mundo historicamente situado.

O ensino da Língua Portuguesa desde as séries iniciais e, especialmente no processo de alfabetização, deve ser traduzido como construção comunicativa, buscando superar o contexto altamente repetitivo, em que muitos dos conteúdos curriculares se destinam a uma simples devolução, através da prova, do que o aluno memorizou. Esse procedimento reforça uma postura passiva do aluno à espera das idéias ditadas pelo professor e não abre nenhum espaço para o desafio de aprender. Assim, o enfoque comunicativo da Língua Portuguesa, não coloca em primeiro plano os conteúdos, métodos e técnicas de ensino, mas prioriza o aluno como sujeito da aprendizagem, e o professor como mobilizador e mediador do processo educativo pela via da abordagem comunicativa.

O fato de a língua ser um veículo de representações, concepções e valores sócio-culturais e ter caráter de instrumento de intervenção social, confere-lhe grande importância no âmbito educacional, bem como amplia suas possibilidades de trabalhar com a transversalidade ao longo de todas as séries do Ensino Fundamental.

Linguagem oral e escrita

Ao ingressar na Escola de Educação Básica a criança já é portadora de um modo de entender e falar a língua do seu meio social comunicando-se com facilidade. Cabe à escola, respeitar esse repertório pessoal e ampliar o acesso às condições de produção da linguagem dando-lhe espaço para expressar-se através de diferentes formas, de modo que a criança aprenda a construir seu pensamento na interação com o outro e com o seu meio ambiente.

Muitos dos fenômenos relacionados com o discurso e a fala, como os sons expressivos, alterações de volume e ritmo, ou o funcionamento dialógico das conversas nas situações de comunicação, são utilizados pelas crianças mesmo antes que saibam falar. Isso significa que muito antes de se expressarem pela linguagem oral, as crianças podem se fazer compreender e compreender os outros, pois a competência lingüística abrange tanto a capacidade das crianças para compreenderem a linguagem, quanto sua capacidade para se fazerem entender. As crianças vão testando essa compreensão, modificando-a e estabelecendo novas associações na busca de seu significado. Passam a fazer experiências não só com os sons e as palavras, mas também com os discursos referentes a diferentes situações comunicativas. Nos diálogos com adultos e com outras crianças, nas situações cotidianas e no faz-de-conta, as crianças imitam expressões que ouvem, experimentando possibilidades de manutenção dos diálogos, negociando sentidos para serem ouvidas, compreendidas e obterem respostas.

As linguagem escrita como qualquer outra linguagem faz parte do cotidiano das crianças, pois em qualquer ambiente social é possível entrar em contato com textos, que servem para convencer, informar, comunicar e expressar, entre outras coisas, idéias e sentimentos. O contato com o mundo letrado faz com que as crianças percebam não só as situações de uso e as funções dos textos, como também as suas características linguísticas e visuais.

Para aprender a escrever a criança terá de lidar com dois processos de aprendizagem paralelos: o da natureza do sistema de escrita da língua – o que a escrita representa e como – e o das características da linguagem que se usa para escrever. A aprendizagem da linguagem escrita está intrinsecamente associada ao contato com textos diversos, para que as crianças possam construir sua capacidade de ler, e às práticas de escrita, para que possam desenvolver a capacidade de escrever autonomamente.

Diversas pesquisas têm demonstrado que, antes de o sujeito ler e escrever da maneira convencional levanta várias hipóteses ao pensar a língua escrita. As crianças elaboram uma série de idéias e hipóteses provisórias antes de compreender o sistema escrito em toda sua complexidade.

As hipóteses elaboradas pelas crianças em seu processo de construção de conhecimento não são idênticas em uma mesma faixa etária, porque dependem do grau de letramento de seu ambiente social, ou seja, da importância que tem a escrita no meio em que vivem e das práticas sociais de leitura e escrita que podem presenciar.

No processo de construção dessa aprendizagem as crianças cometem "erros". Os erros, nessa perspectiva, não são vistos como faltas ou equívocos, eles são esperados, pois se referem a um momento evolutivo no processo de aprendizagem das crianças. Eles têm um importante papel no processo de ensino, porque informam o adulto sobre o modo próprio de as crianças pensarem naquele momento.

A língua como forma de integração social - concepções de Baktin e Vygotsky

Com base nas proposições da psicologia sócio-histórica que considera o desenvolvimento das funções psicológicas superiores e a organização dos processos mentais sob a influência da linguagem como elemento referencial da cultura e construtor do pensamento, destacaremos o pensamento de VYGOTSKY (1989) e BAKHTIN (1988) sobre a linguagem como forma de interação social. Assim, a linguagem não pode ser considerada como algo abstrato e homogêneo desvinculado da estrutura social, mas deve ser concebida como espaço de interlocução realizado enquanto processo eminentemente social, sendo determinante não só no processo de aprendizagem, mas influenciando na própria formação da consciência histórica dos sujeitos.

O pressuposto básico presente nessa concepção de linguagem prioriza a relação do sujeito com a língua e suas condições de uso, considerando-a não só como uma instância de informação, mas instrumento que constitui o homem como resultado das interações sociais possibilitadas. Assim, VYGOTSKY (1989: 44) nos diz:

(...) O desenvolvimento do pensamento é determinado pela linguagem, isto é, pelos instrumentos linguísticos do pensamento e pela experiência sócio-cultural da criança (...) O crescimento intelectual da criança depende de seu domínio dos meios social de pensamento, isto é, da linguagem.

Para BAKHTIN, a linguagem é constitutiva da existência humana e completamente social. Sua significação e compreensão pressupõem a interação de diversos organismos, ou seja; qualquer enunciação é produto da interação com um interlocutor, sendo assim, é produto da interação social. Para ele o fato lingüístico não pode ser visto como somente realidade física, mas deve ser estudado de forma contextualizada à dimensão social que lhe define o real sentido expresso nas diferentes situações sociais. Segundo BAKHTIN (1988:95),

... não são palavras o que pronunciamos ou escutamos, mas verdades ou mentiras, coisas boas ou más, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis, etc. A palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial..

Dessa forma, na concepção da linguagem como prática social, o emissor e o receptor não podem interagir com a linguagem como se ela fosse um sistema abstrato. A fala não é só a pura expressão do pensamento individual, mas uma produção social marcada pela ideologia e, ideológico, neste sentido não é o conceito de mascaramento ou falseamento da realidade, mas um aspecto inexoravelmente ligado à palavra que dá sentido ao mundo. A mesma palavra pode ter sentidos distintos dependendo do contexto em que ocorre a interlocução porque a palavra é um fenômeno ideológico.

A concepção de linguagem enfatizada pelo aspecto social destaca uma visão de homem e de sociedade de forma totalizante, concreta, não mais idealizada, abstrata, homogênea. Assim percebemos que a linguagem quanto a sua natureza *"atualiza-se na enunciação dialógica, completa, no contexto de produção concreto, multifacetado e contraditório, sendo sua natureza, portanto, intrinsecamente sócio-histórica e ideológica"* (BAKHTIN, 1988).

Desse modo a linguagem não pode ser simplificada e concebida como uma forma imutável, já que ela está em permanente construção. Além disso, ela é constitutiva do sujeito, da sua consciência ou ainda repetindo as palavras de BAKHTIN (1988) *"A consciência só adquire forma e existência nos signos criados por um grupo organizado no uso das suas relações sociais (...)"* só se torna consciência quando impregnada de conteúdo ideológico".

A aquisição da linguagem é então compreendida como um processo de internalização do discurso exterior em discurso interior, onde a linguagem é produto da atividade social que sofre os condicionamentos próprios dos múltiplos determinantes culturais e sócio-históricos que permeiam as relações sociais em diferentes momentos da vida em sociedade.

Nesta perspectiva, podemos dizer que a construção da linguagem por parte da criança deve ser entendida como uma construção ativa e progressiva de hipóteses, situada no contexto social e cultural onde acontece. Na verdade, podemos afirmar que há um consenso quanto a posição de que a relação do indivíduo com a escrita é dependente do contexto social onde se vive e das práticas de letramento nele inseridas.

A linguagem é, portanto, fundamental na constituição do homem, e de acordo com VYGOSTKY (1991) ela desempenha um papel essencial no desenvolvimento do sujeito enquanto ser social. Para esse teórico o homem é essencialmente um ser social e é através da linguagem que ele se humaniza, interioriza a cultura, indo mais além, construindo os processos psíquicos superiores. Talvez uma das maiores contribuições desse autor para a educação tenha sido exatamente a sua concepção de que as funções psíquicas do sujeito são constituídas à medida que assimila o legado cultural da humanidade.

A criança depende da cooperação do adulto para o desenvolvimento de sua aprendizagem, e os signos assumem um papel mediador entre os estímulos e as respostas construídas pelos sujeitos. A linguagem e o pensamento assumem uma unidade dialética, mediando a relação do homem com o mundo. Há nesta concepção uma ênfase no caráter sócio-cultural dos processos da consciência e do próprio conhecimento, onde a linguagem desempenha um papel determinante na medida em que as idéias e os conceitos se dão na interação entre os sujeitos num mundo historicamente situado.

É nas discussões dos problemas da aprendizagem relativos a escrita que recorremos a VYGOTSKY (1989:85) para alertar que a aquisição da linguagem escrita se dá de modo diferente daquela referente à linguagem oral, pois ambas se diferenciam em termos de estrutura e de funcionamento. Diz o autor:

... Ao aprender a escrever, a criança precisa se desligar do aspecto sensorial da fala e substituir palavras por imagens de palavras. Uma fala apenas imaginada, que exige a simbolização de imagem sonora por meio de signos escritos (isto é, um segundo grau de representação simbólica), deve ser naturalmente muito mais difícil para a criança do que a fala oral. Nossos estudos mostram que o principal obstáculo é a qualidade abstrata da escrita, e não o subdesenvolvimento de pequenos músculos ou quaisquer outros obstáculos mecânicos.

O homem humanizado pela linguagem toma consciência de sua realidade, pode refletir sobre ela e tem a possibilidade de enquanto sujeito histórico e social transformá-la. A linguagem, portanto, constitui a consciência do homem, uma consciência que é tecida nas interações e interlocuções que se estabelecem através dos significados socialmente construídos.

Consideramos que essas reflexões são extremamente importantes quando desejamos questionar e identificar quais são as práticas escolares mais favorecedoras da competência linguística, tanto oral, quanto especialmente a linguagem escrita, uma vez que esse é o nosso objetivo maior ao pensarmos na execução de uma proposta de capacitação de professores alfabetizadores. Nessa perspectiva desejamos identificar quais seriam os fatores e práticas pedagógicas que contribuiriam para a construção de um bom leitor e, portanto, de um bom escritor? A identificação desses fatores, somente poderão ser encontrados no dia-a-dia das salas de aula, onde será possível através do acompanhamento sistemático sob a forma de monitoramento e avaliação da prática alfabetizadora, observar a realização do trabalho docente *possível* diante das contradições evidenciadas no confronto entre a teoria e a prática, e num contexto institucional organizado com condições concretas e orientações pedagógicas adequadas para potencializar o esforço e a competência dos professores em direção ao sucesso das classes de alfabetização.

REFERÊNCIAS

ANTUNES; Irandé. **Aula de português: encontro e interação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

BAGNO, Marcos. **Língua materna: letramento, variação e ensino**. – São Paulo: Parábola, 2002.

BRITO, Eliana Viann (org.). MATTOS, José Miguel de. PISCIOTTA, Harumi. KATO, Mary A. **No mundo da escrita: Uma perspectiva psicolinguística**. – São Paulo, Ed. Ática, 2002.

ROJO, Roxane. BATISTA, Antônio Augusto Gomes. **Livro didático de língua portuguesa: letramento e cultura da escrita**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2003.

SCHOLZE, Lia. ROSING; Tânia M. K. (organização) -**Teoria e práticas de letramento**. Brasília: Instituto Nacional de de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007.

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento**. 2. ed. – São Paulo: Contexto, 2004.

_____. **Letramento: um tema em três gêneros**. 2. ed. 8. reimpressão. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

TFOUNI, Leda Verdiane. **Letramento e alfabetização**. 4.ed. – São Paulo, Cortez, 2002.

[1] **MARIA JOSÉ DE AZEVEDO ARAUJO** é Pedagoga / Orientadora Educacional (1983), Especialista em Educação (1994) e Mestre em Educação (1996) pela UFS. Estatutária no Município de Aracaju. Professora universitária de cursos de graduação e de pós-graduação das Instituições Superiores de Sergipe: Associação de Ensino e Cultura Faculdade Pio Décimo, Universidade Tiradentes e

Faculdade Amadeus. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Métodos e Técnicas de Ensino e Pesquisa, atuando principalmente nos seguintes temas: Metodologia científica, ensino-aprendizagem, professor-aluno, legislação de ensino, educação infantil, práticas escolares, sociedade e inclusão. Líder do grupo de estudos GEPISTAE/UNIT que pesquisa dois eixos temáticos: o eixo de fundamentos teórico-metodológico-pedagógico da educação e o eixo da pesquisa científica na área do ensino religioso. Além de artigos, possui quatro livros publicados na área de educação. Dois tratam sobre prática de ensino e foram disponibilizados no formato on-line pela Universidade Tiradentes, e os impressos, tratam da organização do trabalho pedagógico, e o outro trata da metodologia científica.

[2] **SÔNIA MARIA DE AZEVEDO VIANA** Pedagoga/UFS, especialista em Alfabetização (UNICAMP) e Mestre em Educação/UFS. Coordenadora e Docente do Curso de Pedagogia da Faculdade Amadeus, integra o Núcleo de Iniciação Científica. Na FPD é professora na graduação e pós-graduação, compondo o Núcleo de Pesquisa e Extensão – NEPHES. É editora da Revista Humanitas/FPD. Entre as publicações: livros on-line: "Direito à Educação: Limites e possibilidades" e "Organização do Trabalho Pedagógico" – UNIT/SE; Co-autora do Manual de Monografia da FPD/SE. Organizadora e autora do livro: Quem tem medo do TCC? Desatando os nós da pesquisa científica. Desenvolve estudos e pesquisas nas áreas da gestão educacional e formação de professores. Atuando principalmente nos seguintes temas: Gestão escolar, Participação Coletiva, Transformação da Escola.

Fonte: <http://www.webartigos.com/articles/26946/1/FUNDAMENTOS-DA-ALFABETIZACAO/pagina1.html#ixzz0tnlomAa3>